



REPÚBLICA DE ANGOLA

SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

COMUNICADO DE IMPRENSA

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros realizou hoje, dia 09 de Dezembro de 2025, a sua 10.^a Reunião Ordinária, na Sala de Reuniões do Gabinete de Gestão Documental e Biblioteca da Secretaria-Geral dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, sob orientação da Ministra de Estado para Área Social, **Maria do Rosário Teixeira de Alva Sequeira Bragança**, no âmbito da competência que lhe foi delegada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

Na reunião de hoje, a Comissão para a Política Social apreciou uma Proposta de Lei de Línguas de Angola, diploma que estabelece os princípios e as regras sobre o uso das Línguas de Angola, tendo em vista a necessidade de se promover, diversificar e difundir o estudo sobre as línguas angolanas de origem africana, de identidade nacional e de comunicação nos diversos sectores da vida social, por força dos valores culturais e civilizacionais que elas veiculam, promovendo, deste modo, a unidade e o pluralismo linguístico e a dignidade e consolidação da identidade Nacional.

A Comissão para a Política Social recomendou a apreciação da referida proposta de diploma em sede do Conselho de Ministros.

Na mesma ocasião, foi apreciada a Proposta de Lei sobre as Instituições do Poder Tradicional, diploma que estabelece os princípios e as regras relativas à organização, regime de controlo e responsabilidade das Instituições do Poder Tradicional, bem como as suas relações institucionais com os Órgãos da Administração do Estado, com as Autarquias Locais e as outras modalidades específicas de participação dos cidadãos.

Sobre este documento, a Comissão para a Política Social recomendou a melhoria de alguns aspectos, devendo o mesmo ser reapreciado numa das próximas reuniões desta Comissão.

No domínio do Ambiente, a Comissão para a Política Social apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova a Estratégia Nacional e o Plano de Acção da Biodiversidade de Angola 2025-2030, instrumentos fundamentais de planeamento e gestão integrada, que visam orientar de forma coordenada, eficaz e participativa as políticas públicas e as acções de conservação, o uso sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pela utilização da biodiversidade no período em referência.

Finalmente, no mesmo domínio, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova a Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Conservação da Girafa em Angola 2025-2030, instrumento que visa orientar a conservação da girafa através da implementação de medidas que assegurem o fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais, necessárias para a gestão sustentável da espécie.

A Comissão para a Política Social recomendou que os referidos documentos devem ser melhor aprimorados e alinhados com o Ministério do Planeamento, tendo em conta o que estabelece a Lei do Planeamento Nacional e demais instrumentos de Planeamento.

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA DO SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS, em Luanda, aos 09 de Dezembro de 2025.